



REUNIÃO DE AVALIAÇÃO DA ESTRATÉGIA ATA

1. Dados da Reunião

Data	Hora Inicial	Hora Final	Local
13.07.2021	16h30	17h25	Virtual - ID 864 2816 8251 https://tjes-jus-br.zoom.us/j/86428168251

2. Participantes (ordem alfabética)

Nome	Cargo e ou Setor
1. Carla Meirelles	Coordenadora de Empenho - SFEO
2. Cintia Varejão Ribeiro	Secretária de Gestão de Pessoas
3. Fábio Cardoso Melo	Secretário de Finanças e Execução Orçamentária
4. José Adriano Pereira	Secretário de Controle Interno
5. Luiz Claudio S. Borges	Coordenador de Desenvolvimento – STI
6. Greice Provete	Assessoria de Cerimonial
7. Maria Elysa Gonçalves de Souza	Assessora de Planejamento, Orçamento e Gestão Estratégica
8. Renata Souza Santos	Técnica Judiciária – APOGE
9. Rita de Cassia Barcellos Almeida	Assessora de Planejamento, Orçamento e Gestão Estratégica
10. Sergio Sarkis	Assessor de Cerimonial
11. Simone Moryama	Coordenadora de Auditoria
12. Silvia Oppenheimer Pitanga Borges	Coordenadora de Saúde e Psico Social
13. Magno Santos Neto	Analista Judiciário AE – Estatística
14. Marcelo Tavares Albuquerque	Secretário Geral
15. Mariana	Coordenadora – EMES
16. Elson Kunsk	EMES



3. Pauta

Descrição
1. Plano de Ação 2. Indicadores de Desempenho - ano 2021

4. Deliberações

Descrição
<p>A Reunião de Avaliação da Estratégia foi iniciada com a apresentação, pela assessora Rita Almeida, da pauta versando sobre os seguintes temas: 1.Plano de Ação e 2.Indicadores de Desempenho - ano 2021. Acerca do tema 1 foi informado aos presentes da aprovação do Planejamento Estratégico 2021-2026, pelo Tribunal Pleno, no mês de junho de 2021, oportunidade em que foi explicado que o novo texto da Resolução levou em consideração os Macrodesafios propostos pelo Conselho Nacional de Justiça, conforme Resolução CNJ nº 325/2020 de forma a estabelecer o alinhamento com os Objetivos e Iniciativas Estratégicas formuladas neste Tribunal e decorrentes das análises de cada setor diretamente envolvido. A assessora agradeceu a todos o empenho na consecução do Planejamento Estratégico, oportunidade em que relembrou os passos que foram adotados até a edição da Resolução TJES nº 12 de 01 de julho de 2021. Ressaltou que o documento reflete a realidade da instituição. Na sequência explicou a necessidade do desdobramento do Planejamento Estratégico - PE (2021-2026 - nas ações que serão levadas a termo para a efetiva concretização do Planejamento Estratégico. Disse da necessidade de iniciar a execução do PE (2021-2026. Falou do ano de 2021 que já se encaminha para o fim, contudo o período será oportuno para iniciar o ano de 2022 já com o PE (2021-2026) em curso. Falou da necessidade de acordar um prazo para a devolutiva dos planos de ação, se não totalmente elaborados, pelo menos com as premissas de realização das atividades necessárias para a concretização das Iniciativas Estratégicas acordadas. Destacou que o PE (2021-2026) foi aprovado com os Objetivos Estratégicos desdobrados nas Iniciativas. Nestas é que caberão as ações, atividades e projetos. A solicitação, portanto, recai sobre a necessidade, após verificadas as iniciativas estratégicas, de se elaborar os Planos de Ação. Para tanto, será utilizada a metodologia 5W2H. Explicou que esta escolha recaiu sobre a facilidade de uso da ferramenta, além de possibilitar a uniformização em todos os setores. Ressaltou que no Plano de Ação a identificação de valores para cada ação levará a consignação de valores nos orçamentos anuais. Explicou ainda que algumas ações não implicam em despesas /custos diretamente associados. Citou como exemplo as ações da Coordenadoria Psico Social. Explicou que não há problemas quanto a isso. Já adentrando no item 02 da pauta, explicou que a definição dos indicadores refletirão o próprio resultado ou o estágio intermediário para alcance dos objetivos /iniciativas. Lembrou que os indicadores construirão os resultados a serem alcançados até 2026. Após, o Secretário Geral se manifestou favoravelmente quanto a metodologia sugerida. Ainda se informou sobre a pertinência de constar no relatório de gestão elaborado pela SG os dados relacionados com o PE (2021-2026). Falou sobre a ferramenta de gestão de acompanhamento do PE (2021-2026) que está em fase de licitação. Encaminhou a proposta para manifestação dos presentes quanto à sugestão apresentada. Renata, servidora da APOGE, perguntou sobre os prazos fixados nas Resoluções CNJ que impactam o PE (2021-2026). A assessora Rita explicou que o prazo pensado para entrega dos Planos de Ação seria de 01 mês, o que viabilizaria a compatibilização com os prazos fixados pelo CNJ, nas resoluções que tratam da Sustentabilidade e acessibilidade. Explicou que os Planos de Ação poderão ser pensados para os anos de 2021 e 2022. Tal medida auxiliará na consolidação dos procedimentos necessários para a efetivação do PE (2021-2026). A título de exemplo citou iniciativas relacionadas com a STI e EMES. Disse do cuidado em elaborar um Plano de Ação</p>



que seja factível. Explicou que a partir do momento da conclusão da elaboração do Plano de Ação, isso irá se tornar um item de Governança. Renata explicou que o universo temporal para o Plano de Logística sustentável também é de 02 anos. Marcelo se manifestou favoravelmente aos dois anos para constituir o universo temporal do Plano de Ação haja vista a questão orçamentária, além daquela já relatada pela Renata. A data acordada para a devolução dos Planos de Ação, pelas áreas, foi a do dia 20 de agosto de 2021. Perguntada sobre se há algum modelo para ser preenchido, a assessora discorreu sobre as orientações para elaboração de o Plano de Ação. Renata ponderou sobre as capacitações, se no caso devem ser encaminhadas as determinações do CNJ nas Resoluções específicas tais como Acessibilidade/ sustentabilidade. A resposta foi sim. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião.

5. Aprovação

Virtual, conforme manifestação na reunião.